

O intelectual brasileiro ontem – e hoje

*Helena Kleine Oliveira**

Resumo: O artigo traça um perfil do intelectual brasileiro, demonstrando a intimidade de tal tema com o universo jurídico. Baseando-se principalmente em Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda e seus estudos sobre nossas elites e nossos intelectuais. Assim estrutura-se o artigo: analisaremos a formação do Brasil enquanto colônia de exploração e os sujeitos que então (não) trabalhavam; a formação de nossa burguesia urbana; estruturaremos um perfil do intelectual Brasileiro no século XIX – analisando em particular os positivistas e a maçonaria – e, por fim, estudaremos a formação dos juristas no século XIX – tendo como protagonista desse processo a Academia de São Paulo.

Palavras-chave: Intelectual brasileiro; Brasil colonial; Século XIX.

Abstract: The article presents a profile of the Brazilian intellectual, demonstrating the intimacy of this theme with the legal universe. Based primarily on Caio Prado Junior and Sérgio Buarque de Holanda and their studies on our elites and our intellectuals. The article is structured on the following way:: we analyze the formation of Brazil as a colony of exploitation and the individuals who did (not) work, the formation of our urban bourgeoisie; a profile of the Brazilian intellectual in the nineteenth century - with particular reference to positivist and Freemasonry - and finally, we will study the education of jurists in the nineteenth century - having as protagonist of this process the Academia de São Paulo.

Keywords: Brazilian intellectual; Colonial Brazil; 19th Century.

* Foi bolsista do PET-Direito UFSC no período 2007-2011, é mestranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense e em Direito pela London School of Economics.

*E eu arranjei as frases de modo que
Seus efeitos se fizessem visíveis, de modo portanto
Que o fato de tê-las falado podia
Fazer aquele que falava feliz, ou infeliz
E a nós podia nos fazer infelizes, ou felizes
O fato de terem-nas assim falado.
(Isto dificultava assistir às peças: a primeira
Impressão surgia somente na segunda vez.)
Bertold Brecht*

1) Introdução

Busca-se, aqui, traçar um perfil, um tipo ideal, do intelectual brasileiro- a intimidade de tal tema com o universo jurídico será logo revelada. A escolha do tema não foi aleatória: é que enquanto estudávamos Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda não pude deixar de identificar os estudos desses autores sobre nossas elites e nossos intelectuais com a postura que diariamente encontro no curso de Direito da UFSC. Mais do que simplesmente identificar o meu dia-a-dia na elaboração dos dois autores, acredito ter encontrado marcos que ainda hoje influenciam - toda a sociedade brasileira, claro, mas principalmente – os juristas brasileiros.

O artigo, portanto, será estruturado da seguinte forma: analisaremos a formação do Brasil enquanto colônia de exploração e os sujeitos que então (não) trabalhavam; a formação de nossa burguesia urbana; estruturaremos um perfil do intelectual Brasileiro no século XIX – analisando em particular os positivistas e a maçonaria – e, por fim, estudaremos a formação dos juristas no século XIX – tendo como protagonista desse processo a Academia de São Paulo.

Antes de iniciarmos a reflexão propriamente dita é necessária uma ressalva. Segundo Octavio Ianni, Sérgio Buarque de Holanda interpreta a história em tipos ideais, isto é, tem uma abordagem culturalista. Já Caio Prado Júnior, como sabemos, tem por base o materialismo histórico. Assim que utilizar os dois autores como pilar desse trabalho como se um fosse totalmente conciliável ou redutível ao outro configuraria a própria postura que buscamos criticar. Acredito, uma vez já feita a ressalva, que as leituras dos dois autores sobre o fenômeno particular em questão não são antagônicas - sendo possível, com o devido cuidado, articulá-las.

2) O intelectual e suas raízes

2.1) *A formação da colônia e o trabalho*

É errado pensarmos a colonização portuguesa como um fato isolado, como se a mesma fosse resultado único de uma nação sozinha e não existissem outros fatos semelhantes e paralelos empreendidos na Europa durante o mesmo período. Assim, quando pensamos nossa colonização devemos indagar os motivos que lhe deram causa, os impulsos iniciais que não nos são nem óbvios nem claros.

A princípio, a idéia de povo, povoamento, não ocorreu entre nós – à Europa toda o que interessava era o comércio que esse território “vazio” chamado América poderia proporcionar.

A idéia de povoar de fato nossas terras, ao contrário de planejada, será imposta por circunstâncias supervenientes e imprevistas. Acerca do assunto dirá Caio Prado Júnior:

“um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitoriais que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessam ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí” (Prado Júnior, 1970, p.24)

Enquanto a zona temperada da América, por circunstâncias posteriores ao descobrimento dessas terras, será povoada à semelhança da Europa, diversa é a história da zona tropical e subtropical. Para nessas últimas fixar residência, o colono tinha que encontrar razões diferentes e mais fortes do que as que o levavam para as áreas temperadas.

Os trópicos colocavam ao colono territórios imensos, que aguardavam o trabalho do homem. Mas ao ocupar essas áreas não estava o colono europeu disposto a nelas trabalhar – ele vinha como dirigente, como empresário. Se trabalhava, trabalhava a contragosto, pois outros estavam destinados a trabalhar por ele.

“É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva de negros importados. Mas a maior parte daqueles colonos só esperava o momento oportuno para sair da condição que lhe fora imposta; quando não conseguiam estabelecer-se como plantador e proprietário por conta própria – o que é a exceção, naturalmente – emigravam logo que possível para as colônias temperadas” (Prado Júnior, 1970, p.29)

Assim, a nossa sociedade só desenhará um traço mais estável, permanente e orgânico aos poucos, pois este era abafado pelo primo interesse do sistema colonial – a exploração.

“É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.” (Prado Júnior, 1970,, p.32)

O trabalho físico na colônia restringia-se ao trabalho escravo e, segundo Caio Prado Júnior, ele nunca foi além do seu ponto de partida, que é o esforço físico constrangido – não educará o indivíduo nem irá prepará-lo para um plano de vida mais elevado. As relações servis, restritas a relações materiais de trabalho e produção, terão contribuição praticamente nula ao complexo cultural da colônia.

Para Caio Prado Júnior, na colônia nossos laços sociais eram demasiadamente frouxos – a sociedade, portanto, era unida por tênues laços materiais primários (econômicos e sexuais) e pela pressão externa da metrópole.

“A sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas; mas elas são em nosso caso as da inércia; e esta inércia, embora infecunda, explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial: para contrariá-la e manter a precária integridade do conjunto, bastaram os tênues laços materiais primários, econômicos e sexuais, ainda não destacados de seu plano original e mais inferior que se estabelecem como resultado imediato da aproximação de indivíduos, raças, grupos díspares, e não vão além deste contacto elementar.” (Prado Júnior, 1970, p.345)

Chegamos, aqui, em um ponto chave do presente artigo, aquilo que podemos chamar de “não-trabalho”, e que irá determinar severamente a postura de nossos intelectuais. Sabemos que o trabalho no Brasil colônia era baseado no regime servil – resulta daqui a ociosidade dos senhores. Os próprios escravos libertos, que portanto haviam já trabalhado e sabiam fazê-lo, tornavam-se vadios.¹

“Uma tal atitude da grande maioria, da quase totalidade da colônia relativa ao trabalho, de generalizada que é, e mantida através do tempo, acabará naturalmente por se integrar na psicologia coletiva como um traço profundo e inerraiçável do caráter brasileiro.” (Prado Júnior, 1970, p.348)

Pelo exposto, terá a colônia um tom geral de inércia, um dito vírus generalizado de preguiça e moleza que a quase todos atinge.

2.2) O individualismo e o surgimento da burguesia urbana

Muito se fala sobre um grande encontro de raças e culturas existente no Brasil, como se a sociedade brasileira tivesse aqui acolhido e absorvido de forma positiva todas as culturas que em nosso solo pisaram. Pois bem, Sérgio Buarque de Holanda escreveu “Raízes do Brasil” na década de 40 e esse discurso ali já vigorava - existia, também, o alerta do autor, que aqui reproduzimos:

“A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida.[...] No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa” (Holanda, 1995, p.40. Grifo nosso)

¹ Como fator de segundo plano para esse fenômeno, Caio Prado Júnior irá debater o “sangue indígena” e “o sistema econômico da colônia, tão acanhado de oportunidades e de perspectivas tão mesquinhas” que são mencionados em nota de rodapé por serem, aqui também, fatores secundários.

Assim que, para prosseguirmos na proposta desse artigo, que é analisar a postura de nossos intelectuais, é imperativo analisarmos os portugueses que nos antecederam – esses com os quais nutrimos “uma alma comum”.

Em primeiro lugar, Sérgio Buarque de Holanda coloca que nossos colonizadores nutriam apreço pelo livre-arbítrio, reconhecimento do mérito e das responsabilidades individuais. Essa postura, segundo o autor, era um entrave a livre associação entre os homens. O tipo de organização política predominante, portanto, era sempre mantida por uma força externa.²

Nossos colonizadores ao mesmo tempo em que valorizavam o livre-arbítrio e o mérito vinham a terras brasileiras não em busca de trabalho. Sérgio Buarque lembra que o trabalho físico demanda um fim exterior ao homem e pretende a perfeição de uma obra distinta dele, mas

“Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade” (Holanda, 1995, p.59)

Ou seja, em uma cultura onde o individualismo era tão predominante, o culto a um fim exterior ao próprio homem não poderia manter raízes.

“Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho. Sua atitude normal é precisamente o inverso da que, em teoria, corresponde ao sistema do artesanato medieval, onde se encarece o trabalho físico, o prestígio maior das instituições dos povos do Norte, é que essa ética do trabalho chegou a conquistar algum terreno entre eles. Mas as resistências que encontrou e ainda encontra têm sido tão vivas e perseverantes, que é lícito duvidar de seu êxito completo” (Holanda, 1995, p.38)

² Caio Prado Júnior também fala da metrópole como mantenedora dos nexos sociais frouxos do Brasil colônia.

E acrescenta que esse culto ao não-trabalho não se tratava de algo exclusivo da fazenda, e dos habitantes da casa-grande: nos ofícios urbanos havia o mesmo amor ao ganho fácil que nos trabalhos rurais.

“O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as idéias de solidariedade.” (Holanda, 1995, p.39)

Ainda em Portugal, os nobres quinhentistas que não possuíam prosápia do sangue tinham-na substituída pelos “bens da fortuna, os altos feitos e as altas virtudes.” (Holanda, 1995, p.37). Quer dizer, a nova nobreza é uma caricatura da nobreza autêntica, primando a primeira sempre pelas aparências e exterioridades que a distingue das pessoas pobres.

No afã de manter essas aparências, os novos nobres dispensam até mesmo o ofício da guerra, trocavam, portanto, os palanquins pelos cavalos:

“E se muitos ainda não ousavam trocar a milícia pela mercancia, que é profissão baixa, trocavam-na pela toga e também pelos postos da administração civil e empregos literários, de modo que conseguiam resguardar a própria dignidade, resguardando ao mesmo tempo, a própria comodidade” (Holanda, 1995, p.113)

Já que a Corte portuguesa para cá veio em 1808, voltemos para o Brasil também nossa análise.

“Com o declínio da velha lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da Corte portuguesa e depois pela Independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente cidadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais” (Holanda, 1995, p.82)

É esperado que tais atividades sejam ocupadas pelos donos de engenho e sua família – a parcela da população da colônia com mais poder. Esperado é também que, subitamente na cidade, essas pessoas tenham trazido consigo sua metalidade, preconceitos, enfim “o teor de vida que tinham sido atributos específicos da sua primitiva condição” (Holanda, 1995, p.82)

Longe das suas terras e do “não-trabalho” que lá “desenvolviam”, os antigos senhores encontram no trabalho mental uma atividade “digna”. Isso não significa que tivessem propensão ao pensamento especulativo e de difícil maturação – a inteligência era muito mais um ornamento, não um instrumento de conhecimento e ação. Era, um “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (Holanda, 1995, p.83).

O anel de grau e a carta de bacharel, portanto, tinham o valor de um título de nobreza.

Fato é que esse surgimento nada espontâneo de uma burguesia urbana no Brasil trouxe consigo as atitudes peculiares do patriciado rural e as estendeu a todas as classes como tipo ideal. Assim, a mentalidade da casa-grande toma conta da cidade e atinge todas as profissões, até mesmo as mais humildes.

Sobre esse ponto, conclui Sérgio Buarque de Holanda:

“Procurou-se mostrar no presente capítulo como, ao menos em sua etapa inicial, esse processo correspondeu de fato a um desenvolvimento da tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários. Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classes. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velhos sistema senhorial” (Holanda, 1995, p.88)

Assim é que os verdadeiros cidadãos no Brasil eram os senhores de terras.

“[...] os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir fortemente da ditadura dos domínios rurais. [...] A pretensão dos mercadores de se ombrearem com os proprietários rurais passava por impertinente e chegou a ser taxada de absurda pela própria Corte de Lisboa [...]” (Holanda, 1995, p.89)

2.3) *A postura do intelectual*

Sérgio Buarque de Holanda afirma que os movimentos reformadores no Brasil sempre partiram de cima. Foram de inspiração “intelectual”. Ao desenvolvermos essa afirmação, chegaremos no núcleo do presente trabalho.

2.3.1) *A maçonaria e a independência*

Como estamos aqui buscando traçar as raízes do intelectual brasileiro (ou talvez o intelectual das raízes do Brasil), devemos examinar a maçonaria no Brasil colônia e o papel que a mesma desenvolveu em nosso processo de independência. Sobre ela diz Caio Prado Júnior:

“O papel da maçonaria é muito mais amplo e profundo, como também mais antigo; e mais que tudo, é orgânico, articulado dentro e fora da colônia, sistemático e consciente. [...] O que há é uma ação subterrânea e sistemática que trabalha em certo sentido.” (Prado Júnior, 1970, p.371)

As lojas maçônicas brasileiras são encomendas da Europa e pelas matrizes européias organizadas. Já no início do séc. XIX havia lojas maçônicas nos principais centros da colônia – articuladas entre si e com a Europa, Estados Unidos e demais colônias americanas.

“A intervenção de uma poderosa organização desta natureza na vida brasileira por si já mostra que acima dos indivíduos que se agitam no cenário da política da colônia, há uma vontade e ação gerais, certamente mais fortes que as daqueles.” (Prado Júnior, 1970, p.371)

A nossa situação interna, nossas contradições e conflitos, não era forjada pela maçonaria – o que essa organização fez foi tentar articular a situação própria e interna de nossa colônia com a grande política da Europa.

“Tudo isto não toca senão remotamente o nosso assunto, porque a intervenção da maçonaria numa insignificante colônia como nós, só lhe podia interessar, e de fato só lhe interessou, na medida em que contribui para atingir um dos redutos do absolutismo europeu [...]” (Prado Júnior, 1970, p.372)

Isto é, a maçonaria não torceu a nossa história, mas tirou partido dela para os seus fins, sendo a recíproca igualmente verdadeira. Para Caio Prado Júnior, a maçonaria emprestou, assim, certa consciência a um processo que igualmente teria acontecido.

2.3.2) *Os positivistas e a república*

Já falamos que os cidadãos do Brasil seriam avessos a atividades morosas e monótonas

“desde a criação estética até às artes servis, em que o sujeito se submeta deliberadamente a um mundo distinto dele: a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador” (Holanda, 1995, p.155)

Sem método e refutando o trabalho cansativo e moroso, os ditos intelectuais brasileiros utilizam-se ao mesmo tempo das mais diversas teorias que o rigor acadêmico não permitiria “misturar”. E se antes lembramos que o trabalho físico não era bem aceito, pois não compatível com o culto da personalidade temos que, de fato, no trabalho não buscaríamos mais do que a própria satisfação – “ ele tem o seu fim em nós mesmo e não na obra, um finis operantis, não um finis operis” (Holanda, 1995, p.155-156).

Sérgio Buarque chega mesmo a dizer que à época da publicação de “Raízes do Brasil” ainda eram raros os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e professores que se limitassem a ser homens de sua profissão.

“As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão suo, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso” (Holanda, 1995, p.156)

Existe, assim, entre nós o vício do bacharelismo, uma tendência a se exaltar acima de tudo a personalidade individual como algo superior às contingências. E nesse sentido, segue o autor em questão:

“O que importa salientar aqui é que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da

personalidade. [...] Não é outro, aliás, o motivo da ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como sucede tão freqüentemente com certos empregos públicos” (Holanda, 1995, p.157)

Predomina entre nós o culto ao gênio, que é aquele que dispensa o trabalho mental aturado e fatigante, que possui idéias claras e definitivas – aquele que possui a “essência da sabedoria”. Com o gênio segue o prestígio da palavra escrita e da frase lapidar.

E aqui chegamos em outro ponto a se destacar: a forma com que o positivismo foi por nós acolhido

“É possível compreender o bom sucesso do positivismo entre nós e entre outros povos parentes do nosso, como o Chile e o México, justamente por esse repouso que permitem ao espírito as definições irresistíveis e imperativas do sistema de Comte. Para seus adeptos, a grandeza, a importância desse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida” (Holanda, 1995, p.158)

Assim, persistiu entre os positivistas uma postura de negação. Isto é, não uma negação da realidade para revolucioná-la, mas uma negação da realidade para ignorá-la. O horror à realidade brasileira encontrava afago e conforto ao confiar no poder milagroso das idéias. E é nesse sentido que os “nossos positivistas”, segundo Sérgio Buarque de Holanda, não o eram em nenhum dos sentidos que a essa palavra atribui Augusto Comte.

A sua postura negadora – e de olhos tão fechados quanto a deusa da justiça – impediu-os de inspirar qualquer sentido positivos aos negócios públicos.

“As virtudes que ostentavam – probidade, sinceridade, desinteresse pessoal – não eram forças com que lutassem contra políticos - mais ativos e menos escrupulosos” (Holanda, 1995, p.159)

Os positivistas não são os únicos, são o exemplo mais característico. Podemos, também, pensar nos democratas liberais: trouxeram do velho continente um sistema de preceitos já de todo moldado sem perguntar-se se

condiziam com a vida brasileira e se aquilo teria a influência correta entre nós. Mas,

“na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incomoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (Holanda, 1995, p.160)

Todo o pensamento da época era igualmente frágil, no sentido que partilhava a mesma indiferença em relação ao conjunto social. Esqueceram, portanto, os fatos corriqueiros que constituem de fato a sociedade para se dedicar à palavra escrita, à retórica, à gramática e *ao direito formal*.

“Nenhuma congregação achava-se tão aparelhada para o mister de preservar, na medida do possível, o teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional como a das pessoas de imaginação cultivada e de leituras francesas. A simples presença dessas qualidades, que se adquirem, em geral, numa infância e numa adolescência isentas de preocupações materiais imperiosas, bastava, quando mais não fosse, para denunciar uma estirpe de beati possidentes” (Holanda, 1995, p.164)

Existem, ainda, outras características que transparecem a posição conservadora e senhorial dos nossos intelectuais. Podemos destacar aqui a já mencionada crença no gênio – afinal, os estudos intensos e repetitivos poderiam levar ao conhecimento mas, em sua monotonia, se assemelham aos trabalhos servis que degradam o homem.

Seguiram, portanto, nossos intelectuais em sua visão limitada do mundo e em suas leituras de conjuntura estreitas, afinal

“Um mundo complicado requereria processos mentais laboriosos e minudentes, excluindo por conseguinte a sedução das palavras ou fórmulas de virtude quase sobrenatural e que tudo resolvem de um gesto, como as varas mágicas” (Holanda, 1995, p.165)

3) A formação (ou as raízes) dos juristas brasileiros

Para Sérgio Adorno, o Brasil Império teve um tipo específico de intelectual – aquele influenciado pela cultura jurídica. Esse intelectual foi

“politicamente disciplinado conforme os fundamentos ideológicos do Estado; criteriosamente profissionalizado para concretizar o funcionamento e o controle do aparato administrativo; e habilmente convencido senão da legitimidade, pelo menos da legalidade da forma de governo instaurada.” (Adorno, p.91)

E a Academia de São Paulo foi por excelência um espaço de formação desse bacharel, a qual passamos a analisar.

De antemão cabe lembrar que foi o bacharelismo que, na década de 1879 introduziu o positivismo na Academia Militar. Mas acreditamos que já na primeira metade do século XIX, pois fundada em 1827, as “Arcadas” encarnaram o tipo ideal do intelectual brasileiro.

O ensino do Direito no Império possuía uma visão lógica e harmônica do direito, uma cultura “abertamente desinteressada” e uma percepção ingênua da realidade social. Ou seja, perpetuava as estruturas de poder de então. Nas palavras do mesmo autor, era “um saber sobre o presente como algo a ser normatizado e sobre o futuro como eterna repetição do presente.” (Adorno, p.92)

A própria estrutura da universidade foi transplantada da Europa, não se relacionando com a realidade social brasileira – bem ao gosto dos nossos intelectuais. Mas não cabe a nós a ingenuidade: se assim foi feito, foi para que as necessidades de reprodução das estruturas de dominação continuassem nas mãos das elites políticas.

Assim como frisou Sérgio Buarque de Holanda, Adorno entende que a educação no Brasil era sinônimo de *status*.

“O monopólio da distribuição de *status* representou garantias efetivas de prestígio social e de controle do poder político. Na medida em que esse monopólio esteve quase restrito à órbita dos bacharéis [...] não se pode desacreditar que o sistema educacional brasileiro, pelo menos o superior, tenha sido omisso em suas atribuições político-ideológicas.” (Adorno, p.94)

Mas o que há de interessante no ensino jurídico de nosso Império é a possível afirmação de que esse *ensino* nunca existiu de fato – o autodidatismo, a ausência de discípulos e a inexpressiva produção de conhecimento eram os traços marcantes dos docentes. Não fugindo da regra dos intelectuais de então, o bacharelismo jurídico não se restringia à cultura jurídica. O que reinava era uma verdadeira dispersão.

“o conteúdo programático das diversas disciplinas que compunham o currículo o curso de Ciências Jurídicas e Sociais expressava tanto as antinomias do pensamento liberal quanto as correntes filosóficas que se sucediam, uma a uma, na vã esperança de conciliar tendências opostas. Não sem motivos, o ecletismo filosófico encontrou no autodidatismo dos bacharéis sua razão de ser.” (Adorno, p.96)

E, nesse sentido, ainda complementa o autor:

“A prática de conciliar tendências filosóficas antagônicas e de harmonizar idéias jurídicas de distintas filiações ontológicas e gnosiológicas, minimizou os pressupostos críticos da atividade didático-pedagógica, e, em contrapartida, fez sobressair seu lado reverso: uma formação puramente ornamental, nutrida, em parte, da exposição quase literal de doutrinadores do Direito e de comentários dos códigos, sem qualquer efeito construtivo e modificador do comportamento.” (Adorno, p.102-103)

A seleção dos professores das Arcadas era um reflexo da própria instituição: embora formalmente fosse orientada por critérios formais, a aptidão para oratória, capacidade de memorização, carisma, vida pública e atitudes morais eram as verdadeiras balizas.

“Uma simples leitura do quadro docente dessa academia, no período compreendido entre 1827-83, revela nomes que se destacaram no cenário político, aos quais, todavia, não lhes corresponde idêntica celebridade como produtores de conhecimento.” (Adorno, p.121)

A Academia Paulista foi responsável por profissionalizar bacharéis que se pulverizaram na vida pública – isto é: formou políticos, artistas e jornalistas mas poucos alunos se destacaram como juristas ou magistrados.

Sérgio Adorno diz que a partir da segunda metade do século XIX

“em virtude da transformação por que passava o processo de recrutamento de quadros para o aparelho burocrático do Estado. [...] a titulação de doutor passa, a partir de 1856, a estar associada à iniciação em outras carreiras. Essa observação sugere não apenas a pouca importância conferida à docência universitária quanto ao fato de que a titulação, enquanto prática acadêmica, tinha outro significado simbólico, que não o aprimoramento Intelectual de futuros professores, estando muito mais associada ao processo de apropriação de prestígio fomentado pelas elites políticas, durante quase todo o curso da sociedade brasileira sob a vigência do regime monárquico.” (Adorno, p.139)

Ressalta, também, que o título de bacharel não servia apenas como fator de diferenciação em relação a grande parte da população, mas que ele era também meio de homogeneização política da elite. Assim, a Academia de Direito de São Paulo foi uma importante escola de costumes. Sérgio Adorno chega mesmo a afirmar que “o papel ideológico do ensino superior, na Academia de São Paulo, foi o de justamente nada ensinar a respeito de Direito.” (Adorno, p.145)

4) reflexões finais

A afirmação categórica seria demasiadamente leviana, mas ao ler sobre a Escola de Direito de dois séculos atrás e definir o intelectual de então tem-se a impressão que nada mudou. Por óbvio que o País o fez e os próprios juristas também, principalmente após a reforma do ensino nessa área durante a ditadura militar³, que fez do antigo advogado liberal um assalariado – mas a forma permanece, ou melhor: o amor a forma.

Ainda que tenha se construído no Brasil intelectuais no sentido pleno da palavra, esse fenômeno se deu em muito menor quantidade na área do Direito.

³ Para mais, ver “A Sociologia Jurídica no Brasil” de José Eduardo Faria e Celso Fernandes Campilongo.

Isso, com certeza, não se deve ao acaso mas ao local privilegiado de atuação do jurista, o Estado, o aparato jurídico-militar.

Tal qual o nobre quinhentista era uma caricatura, somos uma caricatura dos juristas da Colônia, do Império e da primeira República. A vontade de servir o Estado, ou melhor, o poder (esteja ele onde estiver), as frases de efeito como um despiste para a verdadeira dedicação intelectual, o culto ao gênio, o sonho pelo serviço público (ou pelo salário do serviço público), a maçonaria no sistema judiciário – todos esses fenômenos com raízes demasiadamente profundas para que o currículo universitário de um curso de Direito alcance.

Referências

Adorno, Sergio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na politica brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Faria, Eduardo José e Campilongo, Celso Fernandes. **A Sociologia Jurídica no Brasil**. POA: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

Holanda, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Holanda, Sérgio Buarque. **A revolução subterrânea**. In: Caderno MAIS (entrevista), Folha de São Paulo, 08 de agosto de 2004.

Ianni, Octávio. **Tendências do pensamento brasileiro**. In: Tempo Social, vol.12 n2, novembro 2000.

Prado, Jr., Caio. **Caio Prado Junior**. São Paulo: Atica, 1982.

Prado, Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo - colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.